

CPI ficou pequena

Encarnamento

A CPI do Orçamento tornou-se pequena para o volume de tarefas que tem em mãos. O dossiê das empreiteiras, a bomba que desabou sobre o Congresso e envolve parlamentares, governadores e funcionários públicos, exige espaço próprio para ser esmiuçado com as cautelas devidas. Aguarda-se, a seguir, a CPI das Empreiteiras.

Mais uma — e certamente não a última. O que ocorre, na verdade, é um processo de depuração do país oficial, iniciado com o impeachment de Collor. Embora naquela oportunidade a intenção de grande parte dos que conduziram o processo fosse apenas defenestrar o presidente e seus aliados, numa guerra estrita de poder, o que se detonou foi algo bem mais abrangente. É irreversível.

Iniciou-se a reestruturação do Estado brasileiro. Antes de dar sequência ao processo de privatização da economia, discurso ainda majoritário no Congresso, é preciso estatizar o Estado, torná-lo novamente público. O dossiê das empreiteiras revela o domínio do Estado brasileiro por um grupo de empresas privadas, que loteiam as empreitadas, fraudam as concorrências, superfaturam os preços, impõem suas regras e interesses e, ao final, remetem a conta ao contribuinte.

Servem-se da intermediação política, comprando parlamentares e gerando distorções em todo o processo governativo. Nisso tudo, não há propriamente novidade. Desde há muito, sabia-se que assim era. Em suas memórias, ditadas ao jornalista Augusto Nunes (*Minha Razão de Viver*), o falecido jornalista Samuel Wainer já descrevia as estreitas relações dos governos de Juscelino e Jango, nas décadas dos 50 e 60, com o submundo das empreiteiras. Na essência, está tudo lá.

Foi ao tempo da construção de Brasília que essas

relações se consolidaram e as empreiteiras passaram a ter a presença hoje conhecida. No curso dos governos militares, tempo de obras grandiosas, os tentáculos desse enorme polvo alcançaram toda a administração pública. Com a redemocratização, dentro dos conhecidos padrões de promiscuidade política em que se desenvolveu, esse domínio tornou-se praticamente absoluto, o poder paralelo de que fala o senador Paulo Bisol. Impossível reformar o Brasil, devolvê-lo a algum padrão de equilíbrio sem, antes, rever e transformar tudo isso.

Há, no entanto, nuances e zonas de perigo, segundo adverte o senador Pedro Simon. Ele acha que o mais relevante no dossiê encontrado não é propriamente os nomes ali relacionados, embora não os despreze. Pondera, no entanto, que o fato de o nome de alguém constar em papéis apócrifos não comprova nada. Pode revelar apenas uma intenção de quem produziu o documento. O essencial no dossiê, diz ele, é a revelação da figura do esquentador, de seus métodos de ação. Até aqui, conhecia-se e procurava-se apenas o corrompido. “Não podemos perder a oportunidade de desmontar esse esquema. Por isso, devemos evitar a todo o custo o sensacionalismo”, diz Simon.

Outro temor: que a febre (necessária) das CPIs venha a colocar o Congresso sob suspeita, impedindo-o de realizar a revisão constitucional e estimulando a idéia de fujimorização do processo político. A faxina que aí está — indispensável para o reequilíbrio do País — depende visceralmente da democracia e só acontece porque há democracia. Por enquanto, há consenso em torno disso. Mas a campanha da esquerda contra a revisão, servindo-se do desgaste da imagem pública do Congresso, é uma faca de dois gumes.